

convoca Ministros e assume comando econômico

Sarney

Brasília — O Presidente José Sarney vai convocar os Ministros da área econômica e um grupo seletivo de pessoas da iniciativa privada para unificar a estratégia do governo e tomar decisões relevantes de política econômica a curto prazo.

A primeira reunião será feita dentro de uma semana, terá um caráter informal e vai inaugurar um estilo muito pessoal e direto do Presidente para orientar a administração. Sarney reconheceu que existem diferentes pontos de vista e doutrinas inspirando os vários membros do Governo na área econômica, e considerou isto como "normal, pois faz parte do processo democrático". Em parte, em certa medida — disse ele — tratar-se de um "reflexo das iniciativas tomadas por Tancredo Neves quando começou a articular a Nova República. Ele pediu colaborações teóricas a figuras de destaque da sociedade e muitas dessas colaborações se transformaram em documentos de trabalho através da Copag. Traços dessas inspirações aparecem aqui e ali em manifestações de membros do Governo, os quais também acrescentam suas próprias formulações. Agora é tempo de chegarmos a uma linha unificada de ação estratégica e para tanto pretendo usar um novo método de trabalho, que terá um caráter informal, porém objetivo".

O Presidente disse que vai convocar os ministros e pessoas ligadas à iniciativa privada para se reunirem com ele em pequenos grupos de trabalho aproveitando os fins de semana, fora dos escritórios e lugares convencionais, em um sítio retirado, "um pouco ao estilo dos americanos, que realizam esses summits e tiram muito proveito deles".

O Presidente reconheceu que algumas manifestações de representantes do governo podem ter induzido os meios econômicos a pensarem que existem divergências teóricas fundamentais na administração. "De fato" — disse ele — "existem formulações teóricas brilhantes sobre a minha mesa de trabalho, mas já é hora de somarmos tudo isso em torno de propósitos e estratégias objetivas. É preciso também soluções brilhantes, e não apenas excelentes formulações teóricas". Diagnósticos existem muitos, mas há poucas soluções viáveis. O que queremos é soluções viáveis".

Na entrevista que concedeu ao JORNAL DO BRASIL o Presidente abordou vários problemas de política econômica. Suas declarações foram as seguintes, em resumo:

Dívida externa — O Presidente disse que o "Brasil não é um risco econômico, e sim um risco político". Disse ele que a comunidade financeira internacional não pode deixar de reconhecer isto durante a renegociação da dívida externa, criando condições difíceis ou insustentáveis para sua renegociação. Ele mencionou o documento batizado pelo Ministério do Planejamento como "Diretrizes" para a Política econômica brasileira e se referiu aos 4 bilhões de dólares em dinheiro novo mencionados no trabalho pelo Ministro João Sayad, afirmando que se trata de uma proposta e que o texto pode ser considerado assim como foi apresentado à opinião pública para debate.

Sulbrasileiro — O Presidente disse que vai "restabelecer o espírito do projeto original enviado pelo Governo ao Congresso." Ele não elaborou em torno das articulações políticas que levaram à votação do projeto com mudanças substanciais, tais como a utilização definitiva ou a estabilidade dos 25 mil funcionários. Sua decisão de voltar ao projeto original parece ter ecoado a intensa manifestação desfavorável na opinião pública, pois a estatização do banco tal como quer o Congresso forçaria a administração a adotar dois pesos e

duas medidas na hora de tomar decisões de saneamento de instituições financeiras privadas, ou até mesmo estatais.

Ações para os sindicatos — Ao longo de toda a entrevista este terá sido, talvez, o ponto em que o Presidente mais incisivamente demonstrou que está disposto a assumir a liderança efetiva e o comando de iniciativas também na área social. O JORNAL DO BRASIL perguntou sobre a discussão em torno da venda de ações de empresas públicas para fazer caixa. O Presidente disse que o assunto estava em nível técnico e que não tinha ainda tomado conhecimento dele. "Contudo" — afirmou — "os sindicatos poderiam usar os fundos ao seu dispor para aplicar em ações. É preciso vincular o trabalhador ao mercado de capitais, de modo que ele sinta diretamente o interesse pela empresa e pela eficiência da empresa, pelo seu resultado. Os sindicatos americanos não fazem assim e não realizam bons ganhos?" Sarney, com esta proposta, indicou que a Nova República estaria madura para reverter o relacionamento sindical-empresarial, tanto no nível das empresas públicas quanto das empresas privadas. Suas palavras, conquanto não tivessem se desdobrado longamente durante a entrevista sobre a questão sindical, foram marcadas por objetividade, deixando entender que também neste campo irá comandar mudanças de atitude. O Presidente disse que com a reabertura do processo democrático o movimento sindical está em um processo de amadurecimento, e que nesse processo ele deve se desatrelar dos movimentos políticos.

Reforma administrativa — O Presidente disse que seu governo tem de funcionamento efetivo apenas um mês, e que esse é o tempo que o separa da morte do Presidente Tancredo Neves e do conjunto de fatores que o levaram a assumir efetivamente o governo e a administração em caráter efetivo. Ele verificou a existência de uma grande defasagem entre a sofisticação econômica e social do país e sua estrutura administrativa arcaica. A falta de entrosamentos suficientes nos vários segmentos da administração, a falta de dados efetivos, terá contribuído em parte para a impressão de desajustes nas várias manifestações de diferentes setores do governo, com um lado afirmando uma coisa, e outro aparentemente em posições opostas. "Por isso mesmo vamos fazer os minis-seminários para dar uniformidade às manifestações da administração em áreas sensíveis", afirmou.

Nas vezes em que tocou mais diretamente em questões de mercado de capitais e financeiro, o Presidente foi ligeiramente irônico com as "aplicações no open", talvez indicando que preferiria estimular o mercado de capitais e os investimentos em ações a longo prazo.

O Presidente se referiu também aos crimes do mercado financeiro causadores da desordem em que se encontra o setor, classificando a situação de "pesada herança do regime anterior". Deu ênfase ao trabalho da comissão para elaboração de projeto sobre responsabilidade nos mercados financeiros, presidida por José Luís Bulhões Pederreira. Esta comissão está encarregada de preparar uma nova legislação sobre os escândalos do mercado financeiro, pois a atual é considerada inadequada e incapaz de proteger interesses dos agentes econômicos que aplicam seus recursos.